

A última oportunidade do presidente Sarney

O presidente José Sarney tem agora, no início do seu quinto ano de mandato, a última oportunidade para sanear definitivamente as finanças públicas e criar as bases para a retomada do processo de desenvolvimento econômico, político e social do país reabilitando-se de todos os fracassos que colecionou em quatro anos.

Há algumas semanas, praticamente todo o governo federal e não apenas as áreas econômicas estão empenhadas em encontrar soluções para o problema mais grave da economia que é essa inflação que avança rapidamente para a casa dos 30% ao mês e daí, muito provavelmente, para a hiperinflação. Ex-ministros da área econômica, como os professores Mário Henrique Simonsen e Octavio Gouveia de Bulhões, vêm sendo convocados a dar sua contribuição e a sugerir as saídas. E já há o compromisso de que um programa consistente seja apresentado antes do dia 15 de janeiro, ou imediatamente depois, aos interlocutores do Pacto Social, para análise, discussão e aprovação final.

Não há mais como contemporizar diante das proporções da infecção inflacionária que tomou conta do organismo econômico a partir do seu setor estatal. Entendemos, até, que nos últimos seis anos tenha sido dada prioridade para a solução do problema cambial diante da gravíssima crise de liquidez internacional da economia brasileira a partir de 1982. Agora, no entanto, quando os excelentes resultados da balança comercial e o superávit recorde, de 2 bilhões de dólares, acumulados em conta corrente no ano passado, permitem concluir que a crise cambial brasileira, se não está inteiramente superada, pelo menos já deixa de ser um problema agudo, é hora de atacar o desequilíbrio maior da economia brasileira, no momento, que é mesmo a inflação.

O diagnóstico já está feito há muito tempo e não há quem dele discorde. E, a partir dessa unanimidade, a terapia é uma só: além de combater o déficit público, a causa primária de inflação, é preciso destruir também os principais fatores de realimentação da inflação, ou seja, todos os mecanismos automáticos de reajuste.

A idéia que está sendo examinada em Brasília é a de prefixar, no início de cada mês, o reajuste máximo dos salários, preços e, eventualmente, a correção cambial e a correção monetária. Já se admite claramente a necessidade de acabar com a Unidade de Referência de Preços, a URP, porque, num movimento de inflação descendente, ela ficaria forçosamente superior à inflação e seria um forte e decisivo obstáculo ao recuo da inflação. O reajuste prefixado de salários seria complementado por uma reposição, com regras ainda a serem pactuadas, de modo a preservar o poder aquisitivo do trabalhador caso a inflação acabasse ficando superior ao reajuste prefixado.

Os ministros Maílson da Nóbrega e João Baptista de Abreu têm manifestado sua oposição à idéia de prefixar correção cambial e correção monetária. Eles entendem que, prevalecendo uma inflação mais alta, seria impossível repor as perdas. No caso de uma correção cambial inferior à inflação, haveria inevitavelmente um retardamento das exportações e uma antecipação das importações e, portanto, haveria distorções inevitáveis no fluxo do comércio exterior. E, no caso de uma correção monetária mais baixa do que a inflação real, seria inevitável a fuga dos aplicadores dos ativos financeiros de correção monetária pós-fixada, especialmente títulos e cadernetas de poupança.

Entendemos que esse varejo todo do mercado financeiro tem mesmo que ser muito bem-amarrado para evitar inconsistências e impedir fluxos abruptos de capitais de um lado para outro do mercado financeiro. Mas isso decididamente não é tudo. Não é nem mesmo o essencial.

O naufrágio calamitoso do Bateau Mouche IV, no último **reveillon**, lá no Rio, nos mostrou claramente que não basta evitar a movimentação de alegres passageiros de bombordo a estibordo. Se o objetivo é mesmo derrubar a inflação, mais importante do que uma arrumação adequada de carga e passageiros é garantir condições estruturais de navegabilidade do barco da economia.

Para isso, é preciso que o governo não vacile um minuto sequer e derrube o déficit público. É por isso que a reforma administrativa que está sendo estudada em Brasília, como condição da esperada redução de despesas, seja a parte mais importante deste Plano de Verão.

E por aí que se espera que haja consistência na política econômica do governo neste último ano de mandato Sarney. Sem isso, sem esse ataque decisivo ao déficit público, teríamos, outra vez, apenas um arremedo de austeridade e mudança. E o Plano Verão não passaria de um novo expediente, desses que tivemos às dezenas nos últimos quatro anos, para apenas ganhar tempo e empurrar a crise econômica com a barriga.

Esperamos que o presidente Sarney volte de seu retiro de São José do Pericuumã com idéias claras e com suficiente coragem política para fazer, finalmente, e em última instância, o que tem que ser feito. Esta é sua última oportunidade de entrar para a História como um presidente credor da gratidão do país.

É pegar ou deixar passar.